

O moderno Príncipe de Gramsci



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES

Coordenadora Geral da Universidade

MARIA LUIZA MORETTI



Conselho Editorial

Presidente

EDWIGES MARIA MORATO

CARLOS RAUL ETULAIN – CICERO ROMÃO RESENDE DE ARAUJO

DIRCE DJANIRA PACHECO E ZAN – FREDERICO AUGUSTO GARCIA FERNANDES

IARA BELELI – MARCO AURÉLIO CREMASCO – PEDRO CUNHA DE HOLANDA

SÁVIO MACHADO CAVALCANTE – VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ



ARMÊNIO GUEDES (*In memoriam*)

Presidente de Honra: LUIZ WERNECK VIANNA

Conselho Curador

Presidente: LUCIANO SANTOS REZENDE

Vice-Presidente: CAETANO ERNESTO PEREIRA DE ARAÚJO

Secretário: ARLINDO FERNANDES DE OLIVEIRA

Diretoria Executiva

Diretor Geral: MARCO AURELIO MARRAFON

DIRETOR FINANCEIRO: RAIMUNDO BENONI FRANCO

ANA STELA ALVES DE LIMA – JANE MONTEIRO NEVES – HENRIQUE MENDES DAU

LUIZ CARLOS AZEDO – MARIA DULCE REIS GALINDO

Francesca Izzo

O MODERNO PRÍNCIPE DE GRAMSCI
Cosmopolitismo e Estado Nacional
nos Cadernos do Cárcere

Tradução
Alberto Aggio



FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIVISÃO DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
Bibliotecária: Maria Lúcia Nery Dutra de Castro – CRB-8ª / 1724

Iz9m Izzo, Francesca
O moderno Príncipe de Gramsci : cosmopolitismo e Estado Nacional nos Cadernos do Cárcere / Francesca Izzo ; tradutor : Alberto Aggio. – Campinas, SP : Editora da Unicamp ; Brasília, DF : Fundação Astrojildo Pereira, 2024.

Título original: *Il moderno Príncipe di Gramsci*.

1. Gramsci, Antonio, 1891-1937. 2. Comunismo. 3. Economia marxista. 4. Internacionalismo. I. Aggio, Alberto. II. Título.

CDD – 320.532
– 335.4
– 327.17

ISBN 978-85-268-1675-6 (Editora da Unicamp)
ISBN 978-65-87991-24-5 (Fundação Astrojildo Pereira)

Copyright © Izzo, Francesca
Copyright © 2024 by Editora da Unicamp
by Fundação Astrojildo Pereira

As opiniões, hipóteses, conclusões e recomendações expressas
neste livro são de responsabilidade da autora e não
necessariamente refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.

Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados a

Editora da Unicamp
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3º andar
Campus Unicamp
CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil
Tel.: (19) 3521-7718 / 7728
www.editoraunicamp.com.br
vendas@editora.unicamp.br

Fundação Astrojildo Pereira
Edifício OK - Office Tower - Asa Sul
SAUS Quadra 05, Bloco K, Lote 04, Térreo Sala nº 28
CEP 70070-937 - Brasília - DF - Brasil
Tel: (61) 3011-9300
www.fundacaoastrojildo.org.br

À memória de Peppino, meu irmão muito amado

Agradecimentos

Algumas partes deste livro tiveram origem em artigos, comunicações e intervenções publicadas em revistas ou discutidas em conferências e seminários realizados em Roma, Puebla, Uberlândia, Genebra, Madri, Lyon, Florença e Urbino nos últimos dez anos. Aos organizadores e participantes, agradeço por me terem permitido verificar, melhorar, corrigir aspectos particulares e o conjunto das minhas propostas interpretativas.

Uma versão preliminar do texto foi lida por alguns estudiosos com quem tenho relações de trabalho e de amizade. Todos eles foram muito generosos comigo e pródigos em sugestões e conselhos. Expresso a minha gratidão a Fabio Frosini, por sua acuradíssima leitura crítica que remediou muitas das minhas imperfeições e colocou à prova a resiliência da minha interpretação. Marcello Mustè ajudou-me a esclarecer algumas passagens controversas, fazendo-me sentir o calor da sua confiança no resultado final. Devo a Giuseppe Cospito, cujo juízo global foi para mim um grande conforto, esclarecimentos filológicos fundamentais e de mérito. A Gianni Francioni, mestre indiscutível da renovada filologia gramsciana, vai o meu agradecimento por sua apreciação, riquíssima de observações e conselhos. Silvio Pons apoiou-me em passagens do livro em que a sua grande competência compensou os meus défices. A Francesco Giasi devo não só pela leitura atenta, mas também por sua disponibilidade em partilhar comigo a sua investigação sobre Gramsci.

Sara Ventroni, com a sua habitual competência, experiência e discrição, ajudou-me a dissolver ou, pelo menos, a atenuar as “aglutinações”, como ela chama a dureza e as obscuridades da minha escrita. Devo-lhe muito.

Este livro, sem a contribuição de todos eles, não teria a forma que tem atualmente; é claro que a responsabilidade pelo resultado é exclusivamente minha.

Ao meu marido Beppe não devo agradecimentos: uma permanente troca intelectual que dura décadas e um amor profundo os tornam supérfluos.

Sumário

Introdução	11
1 – Liberalismo e comunismo no início do século XX.....	17
1.1 – A guerra e a crise do Estado	17
1.2 – A Rússia dos Sovietes	25
2 – O Estado moderno e o papel dos intelectuais.....	39
2.1 – Os programas de trabalho na prisão	39
2.2 – A “questão política dos intelectuais”	43
2.3 – A função cosmopolita dos intelectuais italianos.....	46
2.4 – Nacional-popular	58
2.5 – Humanismo, Renascimento, Reforma	61
3 – A construção da Europa burguesa.....	73
3.1 – Maquiavel filósofo	73
3.2 – A hegemonia dos jacobinos.....	82
3.3 – Ricardo e o “mercado determinado”	89
3.4 – Hegel e a historicidade.....	95
4 – A crise da civilização europeia e a revisão do marxismo	111
4.1 – De Oxford a Londres – Croce e Bukharin.....	111
4.2 – Tradutibilidade das linguagens	122

4.3 – A filosofia da práxis e os intelectuais	124
4.4 – Filosofia e religião.....	130
5 – Maquiavel e César – do Estado-nação ao cosmopolitismo de novo tipo	143
5.1 – O caso italiano.....	143
5.2 – A crise orgânica.....	146
5.3 – Fenômeno sindical e revolução passiva.....	148
5.4 – Fascismo	154
5.5 – Dissolução do vínculo nacional-popular	157
5.6 – Cosmopolitismo de novo tipo	161
6 – O moderno Príncipe.....	175
6.1 – <i>O Príncipe</i> e o novo Príncipe.....	175
6.2 – A forma partido.....	177
6.3 – Croce e Sorel – A paixão e o mito.....	179
6.4 – Mito	185
6.5 – Vontade coletiva	189
6.6 – Partido.....	193
6.7 – Reforma moral e intelectual.....	197
6.8 – Partido e mito do cosmopolitismo de novo tipo.....	200
Bibliografia.....	211

Introdução

Ao reler os *Quaderni del Carcere*,* há cerca de dez anos, fiquei impressionada com o duplo significado com que o termo “cosmopolitismo” comparece: negativo, no contexto histórico da ascensão e triunfo do Estado moderno, e positivo, no da sua crise orgânica. De fato, tão positivo que convenceu Gramsci a substituir o lema “internacionalismo” por “cosmopolitismo de novo tipo”.

Comecei então uma exploração das notas do cárcere seguindo a pista da expressão “cosmopolitismo”, favorecida pelo rigor filológico e, portanto, cronológico que os editores estavam dando à edição nacional dos *Cadernos* e pelas reconstruções do contexto histórico-biográfico que tornavam muito mais legíveis as mudanças terminológicas e conceituais adotadas pelo prisioneiro.

* *Quaderni del Carcere* são compostos das notas escritas por Antonio Gramsci durante sua detenção pelo fascismo, entre 1926 e 1937. Francesca Izzo utiliza neste livro basicamente a edição crítica organizada por Valentino Guerratana e publicada, em quatro volumes, pela Einaudi, em 1975. Existe uma edição brasileira dos *Cadernos do Cárcere* publicada, em seis volumes, a partir de 1999, pela Editora Civilização Brasileira, com tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Essa mesma editora publicou dois dos *Escritos Políticos*, em 2004, com tradução de Carlos Nelson Coutinho, e mais dois volumes das *Cartas do Cárcere*, em 2005, com tradução de Luiz Sérgio Henriques, que compõem o que se conhece como textos pré-carcerários de Antonio Gramsci. Para a atual tradução fizemos o cotejamento com as traduções brasileiras dos textos de Gramsci, tanto dos *Cadernos* quanto dos textos pré-carcerários acima indicados, resguardando nosso poder de definição quanto ao texto final. Desde o início preferimos utilizar o título dos escritos carcerários de Gramsci em português e em itálico: *Cadernos do Cárcere*, ou, abreviadamente, apenas *Cadernos* (N. da. T).

Ao lado de protagonistas bem conhecidos da paisagem gramsciana, como Maquiavel ou Croce, surgiram outros, ocultos e algo misteriosos, como, por exemplo, César. A contradição entre cosmopolitismo da economia e nacionalismo da política – no centro da análise de Gramsci sobre a crise orgânica do sistema mundial de Estados-nação que explodiu com a Primeira Guerra Mundial – ganhava alma em conexão com outras referências cruzadas, mais encobertas, que me pareceram dignas de serem trazidas à luz. Acima de tudo, pareceu-me que a substituição do termo “internacionalismo” por “cosmopolitismo” – que ocorreu quando Gramsci já não se encontrava na prisão – exigia uma explicação diferente da comumente aceita, que é a do recurso do prisioneiro a subterfúgios linguísticos para escapar da censura.

Em suma, o retrato estabelecido de Gramsci, crítico severo do cosmopolitismo dos intelectuais italianos e teórico altamente original e exclusivo do Estado “ampliado”, já não parecia tão convincente.

Como se poderá recordar, a partir da segunda metade da década de 1990 e durante grande parte da primeira década do novo milênio, assistiu-se – na sequência da intensificação dos processos de globalização dos mercados que se seguiram ao fim da União Soviética e das tentativas, por meios militares, de “exportar” a democracia – a um fervor de investigação acadêmica e de debates políticos centrados na atualidade da democracia cosmopolita e da cidadania global. O interesse por possíveis governos mundiais também foi grande e foram produzidos estudos aprofundados sobre os processos sem precedentes de construção de *governanças* supranacionais, como a europeia.

Entre a infindável bibliografia desses anos, limito-me apenas a mencionar, a título de exemplo, a investigação de um grupo de estudiosos (David Held, David Beetham, Daniele Archibugi e outros) unidos pelo projeto intelectual de dar forma à democracia cosmopolita, aproveitando a conjuntura histórica favorável marcada pelo fim da Guerra Fria, pelo progressivo enfraquecimento da soberania dos Estados e pela crescente tutela internacional dos direitos humanos.

Daniele Archibugi expõe claramente o objetivo dessa brilhante corrente do pensamento político *liberal*, que pretende aumentar a legitimidade da política mundial por meio da introdução de embriões de democracia cosmopolita: “Terminado o império soviético, as democracias ocidentais afirmam-se de forma decisiva [...] e a ideia era reformar as organizações

internacionais, projetar a extensão geográfica da democracia, tornar finalmente mais seguros os direitos humanos, dar voz aos cidadãos do mundo”.¹ Embora percebendo a possível fricção entre democracia e cosmopolitismo, o otimismo que animava essa visão contava com o compartilhamento mútuo dos respectivos defeitos. O cosmopolitismo atenuaria o vício genético da democracia de se fechar dentro das fronteiras nacionais, enquanto o antídoto para a tendência assimiladora e até violenta do cosmopolitismo seria o compartilhamento democrático baseado na persuasão e no respeito pelos procedimentos.

Numa relação mais direta com o processo de construção europeia, que naqueles anos atravessava um período de grandes esperanças, a reflexão de Jürgen Habermas, expressa em vários ensaios, como *A Constelação Pós-Nacional* ou *A Inclusão do Outro*, gerou um intenso e crítico debate. O seu modelo de racionalidade discursivo-procedural, que redundou na proposta de um “patriotismo constitucional” europeu, representa a tentativa mais ambiciosa de “libertar” o sistema democrático do constrangimento de uma comunidade de destino, combinando, em vez disso, a soberania popular com o pluralismo étnico-cultural. “Inclusão significa que a comunidade política se abre à incorporação de cidadãos de todas as origens, sem que esses ‘diferentes’ tenham de se incorporar a uma suposta uniformidade étnico-cultural”.²

No entendimento de Habermas, o desafio lançado pela “globalização” à relativa homogeneidade da população e, por conseguinte, à base pré-política da integração dos cidadãos e à autonomia do Estado só pode ser superado pelo desenvolvimento de uma consciência de dever e solidariedade cosmopolitas.

Só se uma consciência diferente dos cidadãos exercer efetivamente pressão nesse sentido, ao nível da política interna, então também a autocompreensão dos atores globais poderá se transformar progressivamente na autocompreensão dos membros de uma comunidade internacional, que se veem forçados a cooperar e a respeitar reciprocamente seus próprios interesses.³

Nesse debate – monopolizado quase exclusivamente pelos partidários de uma governança liberal-democrática em escala global, confiantes numa duradoura “vitória” da liberdade e da democracia sobre o fechamento “soberanista” dos Estados – o pensamento de Gramsci, apesar de

já ter se tornado um dos autores italianos mais traduzidos e estudados em todo o mundo, permaneceu ausente. Dificultava a imagem exclusiva que tinha de inovador da teoria marxista do Estado, de teórico do nacional-popular e de crítico do cosmopolitismo dos intelectuais italianos, inteiramente centrado na dimensão estatal-nacional. Nas teorizações geralmente dicotômicas do início do milênio – Estado-nação ou democracia cosmopolita – não havia, portanto, lugar para a obra de Gramsci, que, *contrário sensu*, ganhou uma atenção considerável no campo das relações internacionais graças aos teóricos da Escola de Toronto.

Os neogramscianos Robert W. Cox e Stephen Gill propuseram transferir as categorias desenvolvidas por Gramsci nos *Cadernos*, nomeadamente as de hegemonia e sociedade civil, para o plano internacional ou mundial, a fim de inovar o quadro conceitual da própria disciplina. Era necessário conceber uma ordem mundial hegemônica não só em termos de regulação dos conflitos entre Estados, mas também de uma sociedade civil pensada em termos globais. O debate que se seguiu se centrou na permissibilidade e na fecundidade da utilização dos conceitos de Gramsci para analisar as atuais relações internacionais que se desenvolvem num âmbito, o transnacional, completamente ausente nos *Cadernos*.⁴ A premissa em torno da qual todos efetivamente concordam, a começar pelos próprios Cox e Gill, é que Gramsci é e continua a ser um teórico exclusivo do Estado-nação.

As guerras, os desequilíbrios globais e as crises cada vez mais dramáticas das duas últimas décadas dissolveram as visões ideológicas pacifistas do pós-Guerra Fria e puseram a nu a natureza conflitiva dos processos políticos supranacionais e globais. Tornou-se cada vez mais claro que a democracia e o cosmopolitismo não são termos que se conjugam facilmente. Pelo contrário, surgiu uma tensão entre esses dois ideais, que não pode ser subestimada nem pensada em como ser resolvida, confiando na espontaneidade dos processos de integração do mercado. Torna-se cada vez mais evidente que a liderança política é indispensável para a preservação da vida, hoje, como foi no alvorecer da modernidade.

A democracia, se quiser ultrapassar o limiar do respeito ao mero cumprimento de procedimentos e tornar efetiva a cidadania, precisa estabelecer os limites de uma comunidade (o povo), apoiar-se numa dinâmica, móvel e elástica tanto quanto possível, de inclusão/exclusão, além de um forte apelo à solidariedade de uma “comunidade política de

destino”. Em suma, a democracia requer alguma forma de expressão da vontade política, da soberania. O cosmopolitismo ou o desenvolvimento de normas cosmopolitas de justiça, de outro lado, tem um alcance universalista que não reconhece fronteiras, fechamentos ou identidades históricas e/ou politicamente definidas, mas apenas sujeitos humanos dotados de direitos a serem efetivados. E os tribunais – e não os parlamentos – são as instâncias encarregadas de o fazer num espaço tornado homogêneo e livre de conflitos de poder, segundo uma inspiração kant-kelseniana para a qual a fonte de legitimidade é o direito, a norma jurídica, e não a vontade política “popular”.

Essa tensão – de que o nosso tempo tem sido pródigo em experiências – lembra a contradição entre o globalismo do capital e a inadequação da política, entre o “cosmopolitismo da economia e o nacionalismo da política”, fórmula com que Antonio Gramsci fixou os termos da crise que conduziu à Primeira Guerra Mundial e às convulsões que se seguiram.

As páginas de Gramsci revelam-se, portanto, ricas em sugestões. O contraste e as relações estabelecidas nos *Cadernos* entre o “cosmopolitismo de novo tipo” e o nacional-popular ou entre as figuras-símbolo como César e Maquiavel guardam uma inusual exposição da dialética conflitiva entre democracia e cosmopolitismo e a busca da sua possível recomposição, tornando claro, em particular, que o pensamento gramsciano tem os seus desenvolvimentos mais vitais precisamente em relação à crise do Estado-nação.

É, pois, à exploração da categoria de cosmopolitismo que este livro se dedica, seguindo as peripécias semânticas e conceituais a que é submetida na complexa oficina dos *Cadernos*. Para tornar plenamente compreensíveis as razões que levaram Gramsci a substituir o termo internacionalismo, tão carregado para ele de significados e valores políticos gerais e pessoais, era indispensável percorrer a teia de conceitos e categorias, da filosofia da práxis à revolução passiva, da hegemonia ao Príncipe moderno, que estruturam a trama da “revisão” do marxismo que ele empreendeu. É apenas colocando foco sobre as várias etapas que marcam o itinerário dos *Cadernos* que se torna legível o seu desenho de constituição do sujeito histórico, diferente daquela que o movimento operário tinha dado a si próprio com a Segunda e a Terceira Internacionais. Etapas marcadas pelo abandono do termo “materialismo histórico” em favor de “filosofia da práxis”, do termo “revolução” em favor de “crise orgânica” e “revolução

passiva”, do termo “classe” em favor de “classes e grupos subalternos” e, finalmente, pela substituição de “internacionalismo” por “cosmopolitismo”.

Gramsci é, certamente, o teórico marxista que mais inova e enriquece o conceito de Estado-nação, mas no quadro de uma visão que, com plena consciência do declínio do político-estatal, se coloca o objetivo de transferir o seu núcleo democrático vital para o terreno das irresistíveis tendências cosmopolitas. Uma visão que, orientada pela rejeição consciente da guerra como meio de regular conflitos de identidade e de poder, sugere a ideia de uma ordem mundial inspirada em princípios unitariamente compartilhados, cooperativos e respeitosos das diferenças.

NOTAS

¹ Archibugi, 2009, p. 17.

² Habermas, 1999, p. 49. *Idem*, 1998.

³ Habermas, 1999, p. 26.

⁴ Vacca; Barocelli; Del Pero & Schirru, 2009.

Liberalismo e comunismo no início do século XX

1.1 – A GUERRA E A CRISE DO ESTADO

Gramsci pertence a um seleto grupo não negligenciável de estudiosos e políticos que, desde o início do século XX, estava consciente da dificuldade que os Estados europeus tinham em preservar sua forma tradicional de soberania em face das convulsões sociais internas e da tendência crescente dos mercados capitalistas para se integrarem em nível supranacional. A eclosão da Primeira Guerra Mundial representou, aos seus olhos, uma confirmação formidável da aceleração dramática da crise do Estado-nação. E procuraram, no pós-guerra, de acordo com as suas diferentes opções ideológicas e convicções teóricas, identificar novas formas de poder soberano para substituir o Estado, ou empenharam-se em superar definitivamente a própria ideia de soberania política.¹ De Lenin a Woodrow Wilson, de Carl Schmitt a Hans Kelsen, de Friedrich Naumann a Santi Romano, para citar apenas alguns dos principais, a questão foi colocada na ordem do dia e formulada de diversas maneiras.²

Entre 1913 e 1914, Antonio Gramsci, um jovem e inquieto estudante sardo, aprovado na Universidade de Turim, torna-se socialista, e de um tipo muito distante dos esquemas da época. O impulso que o animava provinha de uma profunda aspiração revolucionária: nacionalizar as massas proletárias, em particular as do Sul, integrando-as plenamente na vida e na cultura da nação, e, ao mesmo tempo, promover a sua internacionalização política, ou seja, alargar e modificar a base estreita

em que se assentava até então o nexos nacional/internacional.³ Este duplo objetivo jamais será abandonado por Gramsci, animando sua consciência política e intelectual que, num contexto histórico de tendência acelerada de declínio do Estado, indicava que o enraizamento dos grupos subalternos na nação e o internacionalismo não só deveriam coexistir como se alimentar mutuamente.⁴ Com o passar do tempo, Gramsci adotaria análises, perspectivas e soluções muito diferentes, mas manteria sempre a firme convicção de que a época aberta pela guerra se caracterizava pela crise irreversível do Estado-nação e que tornar inteligível esse dado histórico deveria ser a bússola capaz de orientar a ação política do sujeito revolucionário sobre as urgências do tempo.⁵

Durante os anos de guerra, Gramsci empreendeu uma dura crítica ao reformismo, tanto burguês como socialista, considerado responsável pelos males e fraquezas econômicas e ético-políticas que afligiam a Itália. Apoiando-se em fontes diversas e contrastantes, munuiu-se de uma cultura que lhe permitiu atacar homens e ideias que alimentavam a passividade e a subordinação da classe operária, que sabotavam a sua autonomia política e teórica, empurrando o movimento socialista para os braços do seu adversário de classe. Marx, apesar de não ser, nesse período da sua vida, seu “autor” predileto, se constitui obviamente em um poderoso recurso crítico, utilizado para combater a influência, no partido socialista, do positivismo e do determinismo que, como salienta Eugenio Garin, “uma burguesia hegemônica havia imposto a uma grande parte do movimento operário”.⁶

Gramsci submete Marx a um exercício de depuração e filtragem, usando uma lista de filosofias da ação e da vida e, sobretudo, as categorias do neoidealismo. Com uma percepção histórica aguda, ele o interpreta considerando os “efeitos” do marxismo que, ao reagirem positivamente sobre a fonte, desalojam Marx do panteão positivista e reformista em que a cultura socialista o tinha colocado.⁷

O comunismo crítico não tem nada em comum com o positivismo filosófico, com a metafísica e o misticismo da evolução e da natureza. O marxismo baseia-se no idealismo filosófico [...]. O idealismo filosófico é uma doutrina do ser e do conhecimento, segundo a qual esses dois conceitos se identificam e a realidade é o que é conhecido teoricamente, o nosso próprio eu.⁸

O apreço pelo neoidealismo italiano, a recepção em chave ativista e voluntarista do bergsonismo, a carga antirreformista da dialética de classe emprestada de Sorel contribuem para a sua batalha contra o determinismo e a metafísica dos fatos objetivos, que bloqueiam o livre desenrolar da luta de classes, sem compromissos ou acomodação.

Esse amálgama peculiar de ideias e culturas – aliás, difundido de forma variada no início do século XX entre os jovens intelectuais e no sindicalismo revolucionário – encontrou no liberal-liberismo de perfil einaudiano um aliado ideal no conflito com outro grande inimigo do jovem socialista sardo: o transformismo e o protecionismo da burguesia italiana encarnada por Giolitti.

O liberismo* passa a ser, assim, introduzido por Gramsci no patrimônio da classe operária italiana, que é obrigada a lutar contra a fraqueza da sua própria burguesia. A burguesia italiana, muitas vezes prisioneira de interesses feudais, tende a recorrer, como muleta, à ajuda estatal, ao contrário das suas congêneres inglesas e americanas, que, plenamente conscientes da sua função de classe, não se dobram àqueles compromissos corporativos que enfraquecem a fibra combativa das massas, imobilizando sua carga antagonística no pântano do reformismo. Na visão de Gramsci, o proletariado italiano, lutando sem concessões pela sociedade socialista, mantém vivo o espírito liberal encarnado por Cavour, agora traído e esquecido por seus descendentes.

A reivindicação de uma política intransigente, isto é, que pretenda corresponder a uma dialética histórica não domesticada e eticamente rigorosa, torna-se assim um traço dominante nos escritos desses anos.⁹

De outro lado, a ideia de que socialismo e liberalismo eram antagônicos quanto aos seus fins, mas partilhavam uma visão dinâmica e conflitual da história, Gramsci trazia da leitura das páginas do *Manifesto*, no qual se exaltava o papel revolucionário da burguesia, se ilustrava a natureza conflitiva das relações sociais de produção e se documentava a natureza supranacional do capital e, portanto, das classes burguesa e proletária.

* “Liberismo” é um neologismo presente no léxico político italiano e se reporta à dimensão propriamente econômica do liberalismo; é anterior e não se confunde com “neoliberalismo”. Propõe, em termos gerais, uma menor interferência do Estado na economia, valoriza a iniciativa individual, defende o livre-cambismo e ataca o protecionismo (N. da. T.).

De um Marx duramente antilassaliano e filtrado por seu liberalismo ético, também derivava a sua aversão ao estatismo, aos grilhões burocráticos e, sobretudo, à tendência nacionalista da luta de classes que, na esteira das reivindicações coloniais, começava a infiltrar-se no próprio partido socialista.

A doutrina da classe burguesa é a doutrina liberal, que triunfou inteiramente na Inglaterra e nos Estados Unidos, na qual a burguesia é simultaneamente uma classe econômica e histórica; não triunfou na França por conta da economia [...]. A doutrina liberal é, pois, do ponto de vista histórico-classista, o verdadeiro antagonista do socialismo revolucionário, e esse antagonismo direto revela-se também pelas semelhanças que existem entre as duas doutrinas. O nacionalismo econômico corresponde ao reformismo [...]. Não terá resultados, não conseguirá atingir os seus objetivos, que são a colaboração econômica de classe, porque o proletariado socialista de Turim já venceu a ideologia reformista no seio do seu partido, já se declarou muitas vezes liberista, já compreendeu que, para as reivindicações de classe, é necessário que a riqueza nacional global e internacional aumente, e não apenas que se verifiquem deslocamentos de riqueza.¹⁰

Nesses anos, Gramsci encontra, portanto, no modelo rigidamente dualista e classista do liberal-liberismo – que separa claramente política e economia, Estado e sociedade – o instrumental conceitual que lhe permitiu identificar na tendência protecionista da sua burguesia, no transformismo das suas classes dirigentes e no reformismo socialista a origem dos defeitos e incoerências do Estado italiano. E também encontra aí uma inspiração ética eficaz para educar as massas proletárias para uma enérgica ação de classe. Gramsci, de fato, até seu encontro político e intelectual com Lenin, utiliza o modelo filosófico do neoidealismo e o modelo ético-político do liberalismo para criticar as incoerências da classe burguesa italiana e para dar ao sujeito antagonista a plena consciência de si.

Perante a inclinação manifestada por amplos setores burgueses para escapar à dura lógica da concorrência, recorrendo à proteção e à tutela do Estado, a função da Internacional proletária se mostraria mais eficaz incitando a democracia burguesa a libertar-se das classes parasitárias, conservadoras e protecionistas. Impingi-la a afirmar plenamente sua vocação para o livre mercado e a concorrência, sem ceder ao com-